

APRESENTAÇÃO

COLETÂNEA: RIO CLARO CIDADE AZUL NO LIMIAR DO MILÊNIO

Professor Doutor CLÁUDIO ANTONIO DE MAURO

Coordenador da COLETÂNEA e Prefeito Municipal de Rio Claro (1997-2000 e 2001-2004)

O Conselho Superior do Arquivo do Município de Rio Claro acatou a sugestão de publicar uma COLETÂNEA contendo diversos volumes, abordando os processos históricos, políticos e sociais que caracterizaram Rio Claro nos últimos anos do século XX e do milênio passado.

Para elaboração dos textos solicitamos a diversos colaboradores, preferencialmente não componentes do Executivo e do Legislativo municipais, que realizassem uma pesquisa nos diversos órgãos da Prefeitura, e apresentassem relatórios que foram transformados nos volumes da COLETÂNEA. Somente nas situações especiais, por absoluta dificuldade em poder contar com colaboradores externos à Prefeitura, diante do pouco tempo definido para apresentação dos relatórios (volumes), aceitamos que Secretários e/ou Diretores do Governo Municipal fossem autores de textos e análises. Essa postura teve como objetivo a concretização do nosso esforço expresso, ou seja, que os volumes publicados não constituíssem material de propaganda oficial e nem tivessem qualquer característica de promoção pessoal do Prefeito e de nossos colaboradores mais próximos. Destacamos que muitos outros importantes membros de nossa comunidade poderiam ser e/ou foram convidados para se constituírem em autores destes e de outros textos. Reiteramos que as limitações de tempo e de espaço foram decisivas para estabelecer estes temas e a extensão de mais de 2000 laudas como marcos limitadores para nossa COLETÂNEA. Contudo, todos os nossos munícipes e cidadãos que, com a mesma seriedade e responsabilidade deste trabalho apresentado, desejarem elaborar suas críticas e sugestões, procuraremos acatá-las com todo o respeito e consideração.

Na Reunião realizada no Gabinete do Prefeito quando apresentamos este Projeto, requeremos a todos aqueles que ficaram encarregados da elaboração dos textos para que se sentissem livres de qualquer responsabilidade de proteger a atual administração. Pela excelência da qualidade ética e técnica dos autores que participam deste trabalho, sabíamos que essa seria a única condição possível para que aceitassem a missão que lhes solicitamos. Todos deveriam se sentir livres para efetuar o inventário, o diagnóstico, as análises, bem como apresentar todas as críticas e propostas que desejassem. Assim é que reconhecemos a alta qualidade dos trabalhos escritos, bem como devemos destacar que nem sempre os conteúdos dos textos apresentados representam o pensamento deste Coordenador da COLETÂNEA e Prefeito.

Consideramos que este material tem excelente qualidade para registrar os momentos da vida em Rio Claro, inserida neste Brasil repleto de esperanças e em processo de transição. Temos a opinião de que todas as etapas das administrações municipais deveriam elaborar um registro histórico com estas ou outras características. Esse procedimento disponibilizaria material de pesquisa e registros de muita importância para esta e para as futuras gerações, mesmo que os textos representem apenas uma visão das realidades. Com essa pretensão, agradecemos efusivamente a todos os autores desta COLETÂNEA: muito obrigado pela seriedade e competência demonstradas ao longo de todo este processo de pesquisa e elaboração dos textos.

Buscando a manifestação democrática, solicitamos a todos os Prefeitos que foram eleitos diretamente pelo voto para que elaborassem um volume desta COLETÂNEA, a saber: Prefeito Álvaro Perin, Prefeito Nevoeiro Júnior, Prefeito Lincoln Magalhães e Prefeito Azil Brochini. Todos foram contatados diretamente por este Prefeito e, inicialmente, de maneira muito elegante, aceitaram o convite. Solicitamos aos ex-Prefeitos que preparassem um texto abordando como viam Rio Claro no final do século e do milênio, e que também apresentassem informações do período administrativo no qual governaram nosso município. Tínhamos a expectativa de que, com esses convites, poderíamos contar com um painel diversificado e democrático das posições e ideologias que caracterizam os enfoques sobre Rio Claro, a partir dos olhares dos diversos ex-Prefeitos. Por inúmeros motivos e dificuldades, apenas o ex-Prefeito Lincoln Magalhães pôde concluir seu volume, que faz parte desta COLETÂNEA; os demais abriram mão ou optaram por não participar.

Este Prefeito mesmo preferiu não elaborar um volume analisando os primeiros 4 anos de governo. Consideramos que seria importante apenas uma análise ética e ideológica carregada do roteiro metodológico sobre a atuação da Frente Rio Claro. Mesmo que alguns apoios bibliográficos sejam recentes, representam a base dos pensamentos que fundamentaram estes recentes anos do Governo Municipal. Desta maneira pretendemos contribuir para que o conjunto dos temas abordados tenha o pano de fundo no qual nos inspiramos para viver os últimos dias do século e milênio passados e os primeiros anos do Terceiro Milênio.

Agradecemos ao Conselho e à Superintendência de nosso Arquivo pela atitude moderna de aceitar a tarefa de publicar este material eletrônico. Vamos nos esforçar para conseguir os recursos necessários para uma futura publicação em papel.

1) UM DOS NOSSOS PRIMEIROS OBJETIVOS: A Construção da Paz

As discussões a respeito de um Estado mínimo vêm acompanhadas dos conflitos gerados nos debates sobre ideologia. A derrubada do Muro de Berlim acrescentou novos ingredientes nos conceitos a respeito do presente e do futuro da humanidade. Quando as discussões ideológicas, na aparência, ficaram em plano secundário, afloraram debates importantes a respeito do racismo, dos fundamentalismos religiosos, do chauvinismo étnico e de gênero, a tentativa de pasteurização das culturas, que se contrapõem com a criatividade cultural, o respeito às diversidades e mesmo com respeito à solidariedade.

As discussões sobre o tamanho do Estado têm provocado a identificação de que em suas fronteiras territoriais é incrementado o crescimento das outras formas das organizações, chamadas de subestatais, com as quais, muitas vezes, se estabelece o conflito. Além das fronteiras, os conflitos também são notáveis, envolvendo as chamadas forças supra-estatais, que estabelecem regras de conduta, na perspectiva dos interesses das nações centrais, de suas empresas e corporações. Em função da globalização, os conflitos que aparentemente seriam externos acontecem dentro dos Estados, tendo em vista que as corporações não são nacionais. Gradativamente, e muitas vezes em acelerada velocidade, a comunidade tem conquistado importantes espaços de participação e assim são identificados pontos de crescimento no desenvolvimento da cidadania.

Aí está, portanto, uma imensa contradição da globalização. Como ela pode se efetivar em territórios distintos, envolvendo culturas tão diferentes, sem esmagá-las e seus processos de manifestação da vida?

O capitalismo pensou em aniquilar as lutas ideológicas – o que, sob nosso ponto de vista, é impossível de ocorrer. Contudo, pela globalização neoliberal, afloram outras maneiras das organizações sociais – que de alguma forma também são marcadas pelas ideologias. Neste caso, sob a forma do fundamentalismo religioso, reagem culturas que não se conformam com a aniquilação. As religiões, em geral, expandiram-se enormemente, não ficando restritas aos seus locais de origem. As religiões se difundiram e contaminaram todas as culturas; com isso, a aniquilação das culturas não é um caminho que poderá ser transitado sem reação. Principalmente pelo fato de que, pelo menos na aparência, as pessoas identificam e reconhecem a necessidade de respeito e convivência com as diversidades.

Boaventura de Souza SANTOS considera que *“...longe de significar regresso ao passado, o novo surto de religiosidade exprime, acima de tudo, um ressentimento perante as promessas modernizadoras e progressistas não cumpridas e, portanto, uma grande desconfiança face às instituições que se proclamam arautos dessas promessas, sobretudo o Estado e o mercado. Na periferia do sistema mundial, o revivalismo fundamentalista, sobretudo do fundamentalismo islâmico, deve ser visto em geral como uma resposta ao fracasso do nacionalismo e do socialismo, e como uma alternativa que, ao contrário do que sucedeu em estes dois últimos, não assenta na imitação do Ocidente e na rendição ao imperialismo cultural deste, e antes se baseia na possibilidade de um projeto social, político e cultural autônomo.”*

Os paradigmas da modernidade não foram cumpridos, nem dentro dos próprios países centrais do capitalismo, e, principalmente, nunca puderam se concretizar nas sociedades mais empobrecidas do resto do mundo. Esse não cumprimento estimulou o revigoramento de antigos conflitos, assim como permitiu o afloramento de outros. Devido a isso, os problemas da civilização contemporânea são muito complexos e de difícil superação.

Tendo os paradigmas da modernidade se conformado ao modo de vida, e, portanto, de produção capitalista, houve uma tentativa de acomodação com relação à superexploração do trabalho e, principalmente, das periferias ou dos bolsões de pobreza,

pelos países centrais e pelas empresas, corporações; à superexploração da natureza, transformada em riquezas naturais, isso tudo gerando a polarização que se reflete nos imensos contrastes entre o bem estar vivido no centro do sistema, comparativamente com as periferias referidas. Há muitas pessoas que preferem identificar essa conjuntura como um imenso desafio a ser vencido. Nossa posição, contudo, é de que a continuidade e obstinação em persistir nesse caminho de imensas polarizações não produzirão bons frutos. Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América do Norte, foram modelares para nos demonstrar que os caminhos que estão sendo trilhados trarão muitas dores e sofrimentos para a humanidade. Haja vista as retaliações, previsíveis, promovidas em diversas partes do mundo e que, por certo, acarretarão mais reações, em curto e/ou médio prazo. As admitidas maquiagens, introduzidas nos relatórios para que os Estados Unidos da América do Norte e a Grã-Bretanha – especialmente os dois – atacassem o Iraque com a chamada *guerra preventiva*, demonstram como o sistema mundial está fragilizado e mantido por medidas violentas.

Parece-nos um imenso equívoco acreditar que alguns serão vencedores, seja uma cultura, seja um sistema, e que outros serão os vencidos. Os desdobramentos de 11 de setembro demonstram que os perdedores seremos todos nós, ou seja, será a humanidade. A tentativa de vincular os ataques ao Afeganistão e ao Iraque para derrotar o terrorismo talvez possa ser vendida em alguns lugares. Mas foi aberta uma imensa brecha nos conflitos entre culturas, e, por isso mesmo, modos de viver. Ao invés da tolerância e do respeito às diversidades, na vida real, na prática o sistema reafirmou que é intolerante e incapaz de cumprir as promessas da modernidade. Sempre restarão os redutos que não estarão dispostos a ceder suas *riquezas naturais*, seus valores históricos e morais, cultuados por milênios.

A crise de Nova Iorque, no Afeganistão e no Iraque, parece que foi disseminada por todo o mundo. Há riscos de, aos poucos, aflorar em todos os lugares, assumindo a forma de lutas fundamentalistas, étnicas, racismo, incrementando a criminalidade e, quem sabe, gerando a perda de controle por parte dos governos, seja o controle social ou mesmo dos territórios nacionais. A crise na Argentina, que ainda não está completamente resolvida, a qual tem uma diversidade de causas, é uma das manifestações, no Cone Sul da América Latina, dos desatinos produzidos pela tentativa de se estabelecer um controle bélico para garantir a manutenção do modo capitalista de viver. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos da América do Norte, que se colocam como os *guardiões e defensores do sistema*, são chamados para intervir nos conflitos entre Índia e Paquistão e também na Coreia. Também neste momento já existem provocações na imprensa, portanto, entrando na pauta das discussões, de que o terrorismo não seria praticado apenas por Bin Laden, Sadam Hussein, mas também pelo IRA, pelos Bascos, pelos Israelenses, pelos Palestinos, entre tantos outros povos e culturas oprimidos. Há, também, acusações de que George W. Bush e Tony Blair seriam tão terroristas quanto as lideranças afegãs e iraquianas.

Todos esses conflitos neste mundo globalizado, com empresas de diversas bandeiras em todos os continentes, possuem o condão de esparramar as áreas de conflitos por todas as partes. As tentativas de esmagar alguns processos, ao contrário, parecem estimular a disseminação dos interesses. Assim, os pontos de conflitos não ficam mais

localizados e sequer podem ser identificados com facilidade. Por isso mesmo, parece-nos que está sendo construída uma outra forma de embate. Nesta forma, não haverá território nem lugar específico para o combate.

O certo é que os *guardiões* do mundo não têm tido muito tempo para pensar nos temas maiores, como por exemplo qual será o futuro que almejamos para a humanidade. Ficam restritos à tentativa de solucionar os conflitos locais e/ou regionais, enquanto os povos se sentem na obrigação de retirar o sustento no cotidiano, até por uma questão de sobrevivência. Os grandes encontros das lideranças das Nações Unidas terminam por estabelecer programas e cronogramas de curto e curtíssimo prazo, não englobando uma reflexão mais ampla sobre a vida humana, empurrando os povos para as visões imediatistas e consumistas, deslocando-nos das discussões centrais que interessam para toda a humanidade.

Algumas das temáticas que deveriam fazer partes das reflexões, e que poderiam conduzir as preocupações políticas nacionais e internacionais, passam pelos temas éticos e políticos que envolvem os grupos sociais e orientam as ações pessoais. Para essa análise, não podemos ficar na racionalidade científica que tem a tendência de buscar as soluções na técnica e nas bases jurídicas. **O capitalismo** tem transmitido **seus interesses imediatistas e consumistas** para a **técnica** e para a **ciência**. E esse não é o melhor caminho para enfrentarmos os problemas políticos, que possuem uma forte base ética sob a qual devem ser analisados e resolvidos.

Outro tema importante, e muito difícil para ser tratado, é a **visão possessiva da propriedade privada**. Há impregnado em nossa cultura o direito à propriedade, mesmo que a ela não se dê o uso adequado e de acordo com o interesse social. A posse da propriedade privada alimenta uma postura individualista. Talvez, aqui esteja um dos fundamentos nas visões possessivas do meu, do teu. Essa formação psicológica também nos impulsiona para a tentativa de possuir pessoas e grupos sociais. Se não há um grande interesse em participar de grupos sociais democráticos e voltados para a solidariedade, contudo, fica muito forte o apelo para *pertencer* a um grupo que tem características de poder e possuir. Como é mais difícil possuir pessoas e grupos sociais, há um contentamento com aquilo que é mais possível, ou seja, o acesso à propriedade privada dos objetos e das coisas.

A posse de propriedades, num sistema que ensinou que a felicidade é obtida pela compra de objetos, acabou por alimentar a idéia de que o desenvolvimento tecnológico poderá suprir todas as necessidades humanas. Assim, através da racionalidade científica, poderão ser supridas todas as necessidades geradas pelo *desenvolvimento* e pelo crescimento econômico.

Todos esses conceitos impregnados nas pessoas e nas sociedades também são reflexos, percutindo-se nas relações entre as nações. Assim se desenvolve a filosofia da soberania nacional que precisa manter as características e as bases do sistema, custe o que custar. Apesar do argumento de que vivemos sob a égide da democracia, ficou necessária a adjetivação como **democracia liberal** para justificar as formas de proceder. Podemos notar que a manutenção do sistema, garantindo a soberania internacional, está em uma posição de

destaque, acima da construção da democracia no relacionamento entre os Estados e nas relações internas dentro de cada território. Tanto é que, sempre que houve necessidade, recorreu-se aos aparatos bélicos que levaram a guerras civis.

Essa forma de poder estabelecida para as relações internacionais se reflete diretamente nos municípios. O conhecimento dessa realidade e a construção de novos paradigmas implicam em mudanças da metodologia e do trabalho em nossos locais de vida.

2) MAIS UM IMPORTANTE OBJETIVO: A EMANCIPAÇÃO DOS POVOS PELA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

Se o sistema é concentrador e autoritário, colocando-nos diante desta terrível crise civilizatória, somente resta para os povos e para os Municípios se rebelarem contra esse estado das coisas e buscar novos caminhos.

Para que haja um bom conteúdo na análise do tema referido, consideramos indispensável que tomemos para leitura o texto “DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA: Os Caminhos da Democracia Participativa”, escrito por Boaventura de Souza Santos e publicado em 2002 pela Editora Civilização Brasileira, do Rio de Janeiro.

O autor nos mostra que o século XX promoveu uma imensa disputa em torno da questão democrática. Primeiro a discussão ocorria em torno da desejabilidade da democracia; pelo fato de acontecerem duas guerras mundiais, nesse período, discutiu-se com ênfase as restrições e as formas democráticas da participação. A forma hegemônica de democracia ficou fixada nos limites dos procedimentos eleitorais para a formação de governos.

Por volta do ano de 1980, com o desmonte do Estado de bem estar social, através de intensos cortes nos investimentos em políticas sociais, reabriu-se em diversas partes do mundo a discussão sobre o significado estrutural da democracia, principalmente para os países mais empobrecidos, localizados no hemisfério sul. Daí, fortaleceu-se o debate sobre as diversas formas da democracia e, portanto, sua variação, que na verdade se concretiza com a discussão sobre a qualidade da democracia.

Um dos efeitos positivos da globalização foi permitir que as diversas culturas passassem a conhecer experiências democráticas, gestadas em diversos países, inclusive as desenvolvidas por dentro, no interior do Estado nacional.

O conceito e a forma hegemônica de democracia, a democracia representativa, fortemente elitista e vigente a partir do hemisfério norte, buscou se impor em todas as partes do globo. Com isso, foram ignoradas e desmerecidas as experiências suscitadas com maior ênfase nos locais (por exemplo, municípios) e no interior dos Estados nacionais, a exemplo do que acontece no Brasil, na Índia, em Moçambique e na África do Sul, entre outras.

Para um governo que se estabelece no local, a compreensão da imposição de um modelo de democracia tornou necessária a discussão que fundamenta a escolha dos caminhos para a construção de novas práticas. Gradativamente, nos conduzimos para a **opção por ações rebeldes, sem aceitação do conformismo.**

2.1) AÇÃO REBELDE E FORMAS DO PODER NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

Para optarmos pela ação rebelde, reconhecemos e distinguimos pelo menos seis formas de manifestação do poder: 1) patriarcado; 2) exploração (em todos os níveis sociais e econômicos, coletivos e individuais); 3) fetichismo das mercadorias; 4) diferenciação identitária desigual (classe social, etnia, gênero, religiosidade na sociedade multicultural); 5) dominação; 6) troca desigual (típica das relações norte/sul, mas também em nossas vidas, no cotidiano). São formas de poder que se expressam todos os dias entre as pessoas, grupos sociais nacionais e internacionais, formais e informais. Para Boaventura de Souza Santos, as contraposições a essas formas de poder são, para exemplificar: 1) a **democracia participativa** confronta a dominação, o patriarcado e a diferenciação identitária desigual; 2) a **produção alternativa** confronta em especial a exploração, o fetichismo das mercadorias e a troca desigual; 3) o **multiculturalismo emancipatório**, as justiça e cidadanias alternativas confrontam em especial a diferenciação identitária, a dominação e o patriarcado; 4) a **biodiversidade e seus conhecimentos** confrontam a troca desigual, a exploração e a diferenciação identitária desigual; 5) o **novo internacionalismo operário** resiste em especial à exploração, à troca desigual e ao fetichismo das mercadorias.

Só podemos promover a emancipação social, o que será consequência das ações rebeldes, se oferecermos resistência a todas essas formas do poder. E, mais importante ainda, todas essas formas do poder precisam ser combatidas simultaneamente. Para Boaventura de Souza Santos, *"...Uma estratégia demasiadamente centrada na luta contra uma forma de poder, mas negligenciando todas as outras, pode, por mais nobre que sejam as intenções dos ativistas, contribuir para aprofundar em vez de atenuar o fardo global da opressão que os grupos sociais subalternos carregam no seu cotidiano."*

Daí, a nossa experiência de construção da democracia em Rio Claro tem procurado responder a pergunta formulada por Schumpeter em 1942, no seu livro clássico "Capitalismo, Socialismo e Democracia: é possível que o povo governe?". Para Schumpeter o processo democrático é: *"...um método político, isso é, um certo tipo de arranjo institucional para se chegar a decisões políticas e administrativas."* Isto nos parece muito pouco.

A questão que precisa ser esclarecida é se as eleições esgotam os procedimentos de autorização dada pelos cidadãos que são diferentes. A questão da democracia não é, na essência, a questão da burocracia. Afinal, na medida em que o Estado foi assumindo responsabilidades, a burocracia foi se tornando insuficiente para resolver os grandes problemas; veja-se por exemplo a segurança pública e tantos outros que as diversas autoridades dizem que somente poderão ser enfrentados com a participação das comunidades.

Assim, a cidadania é chamada para ajudar a resolver os problemas que o Estado e sua burocracia se imaginavam competentes. Em outras palavras, imaginava-se que a complexidade dos problemas da economia de mercado exigiria cada vez mais especialistas, tecnicamente bem preparados. Principalmente os economistas, os juristas, os técnicos saberiam como resolver os problemas da sociedade de consumo. Ledo engano; confirmamos esse equívoco em Rio Claro. Pelas limitações do Estado, da burocracia, sabemos da importância de desenvolvermos com toda qualidade nosso Poder Local.

Assim, volta a ser inserido o debate sobre a democracia e a criação de seus arranjos participativos. Reorganiza-se o debate sobre a participação democrática e o sistema de representação que precisa levar em conta, pelo menos três dimensões: 1) a autorização (a eleição é uma forma de autorização?); 2) a identidade (todos os setores em suas diversidades são representados?); 3) a prestação de contas (apresentar as contas para os canais burocráticos competentes é suficiente?). E é exatamente pela dificuldade da prestação de contas e pela diversidade de identidade dos representados que a democracia representativa tem suas enormes e maiores limitações.

As experiências de construção da democracia participativa têm demonstrado que ela está vinculada aos procedimentos que desenvolvem uma forma de vida e de aprimoramento da convivência humana. Trata-se de reconhecer a pluralidade humana. No dizer de Boaventura de Souza Santos, é **“...a criação de uma nova gramática social e cultural e o entendimento da inovação social articulada com a inovação institucional, ou seja, a procura de uma institucionalidade da democracia.”** Pelo que estamos vendo, os movimentos sociais, com ações rebeldes, assumem seus papéis políticos, promotores das transformações nas práticas dominantes, ampliando a participação cidadã – participar significa influir diretamente nas decisões e controlar as mesmas –, constituindo-se em canais para inserção dos atores sociais excluídos. O autor destaca também que, na medida em que o Estado promove essas experimentações em seu interior, ele mesmo se transforma em um **novíssimo movimento social**. Trata-se da **reinvenção da emancipação social**.

Por fim, nossa proposta principal, neste momento, é para que aprendamos a abrir mão de nossas decisões, em favor das formas participativas de decidir e ter controle sobre as ações. Nesta nossa fase de construção da democracia, temos procurado promover a intercomplementaridade nas formas de democracia participativa e democracia representativa. Mas, sabemos que delegar poder é fortalecer nossas ações rebeldes diante da hegemonia do conceito de democracia importado do hemisfério norte.

Para que nossa rebeldia na ação se concretize com conseqüências e responsabilidades, precisamos ter coragem de enfrentar, com determinação e serenidade, pelo menos as formas de poder com as quais convivemos, em nós, nos grupos sociais com os quais participamos e nas nossas providências administrativas. Todas as formas de experiências participativas bem formuladas precisam ser estimuladas em nossas práticas cotidianas. Assim, nossas práticas serão perenes, não sofrerão retrocessos e estaremos contribuindo com o movimento emancipatório da humanidade.

Apesar da compreensão teórica desses conceitos e desses propósitos, continuamos convivendo com nossas limitações impostas pela cultura na qual vivemos e que é essencialmente competitiva, imediatista e centralizadora. Nessa limitação de nossa formação estão as dificuldades impostas por nossa experiência administrativa. Principalmente pelo fato de que fomos buscar para compor nossa equipe de Governo pessoas íntegras, honestas, bem intencionadas, mas com diferentes formas de ler o mundo e as realidades. Essa diversidade, e as variáveis nos tempos que as pessoas necessitam para amadurecer sobre um determinado assunto também têm seus aspectos positivos, contudo, nem sempre contribuem com a intercomplementaridade e integração necessária nas ações de governo. Por isso, a humildade, a paciência e a serenidade se tornaram os ingredientes mais usados durante todo o processo de construção da equipe e da definição de suas práticas. Trabalhar com as diferenças individuais dentro da equipe se constituiu num grande desafio que permeou todos os anos da Administração Municipal. Procurar conhecer melhor cada um dos companheiros desta enorme missão solicitou que houvesse uma busca na filosofia e nas motivações da vida para cada um.

3) OUTRO OBJETIVO IMPORTANTE: A CONSTRUÇÃO DO AMBIENTE DA FELICIDADE

Algumas indagações nos perseguem durante a vida. Queremos saber de onde viemos, o que estamos fazendo aqui e para onde vamos após a morte. São indagações importantes que em muitos momentos abalam nossas convicções e nos deixam perplexos, diante das variedades dos pensamentos que as abordam. A falta dessas respostas, em muitos casos, oprime e provoca crises interiores quase intermináveis. Somos frutos do acaso? Ocaso dos movimentos químicos e físicos do cosmos? Originamo-nos do barro amassado e transformado em seres humanos? Simplesmente, filhos de Deus? Somos o resultado da combinação de todas essas complexas procedências?

As filosofias, desde os tempos mais remotos, elaboram teorias e conceitos que buscam apaziguar e/ou orientar a humanidade nessas reflexões. A origem e o passado da vida humana são temas que incomodam muitas pessoas. Em geral, contudo, as explicações acabam sendo buscadas em confissões religiosas. A compreensão de que os mistérios, muitos dos quais somente “conhecidos por Deus”, se não satisfazem as consciências, pelo menos não favorecem a formulação de outras indagações. Afinal de contas, ao inexplicável, ao mistério, não cabem outras indagações. Qualquer que seja a resposta encontrada pela mente humana para se acalmar diante dessas importantes perguntas, surgirão diversas outras questões que incomodam e nos impulsionam ao longo da trajetória da vida.

Uma parcela significativa das concepções cristãs considera que o sofrimento é um bom conselheiro e, quando suportado com dignidade e sem revolta, aprimora os sentimentos humanos, aproximando-nos de Deus. Também há orientações para a compreensão de que a “felicidade não é deste mundo” e que “vivemos em um vale de lágrimas”. Apesar desses ensinamentos, em geral não encontramos pessoas que se esforçam ou que desejam ser infelizes, procurando os sofrimentos. Ao contrário, ao longo de nossa vida, temos encontrado pessoas que buscam a felicidade e que se esforçam para evitar as diversas formas de sofrimento. Quando dizemos que o objetivo de todos é a conquista da

felicidade, ouvimos muitos *burburinhos*, quase todos concordando com a afirmação. A verdade é que pouquíssimas pessoas, ou quase ninguém em estado de sanidade mental, se esforça para ser infeliz – as experiências de autoflagelo e autodestruição constituem-se em situações especiais.

Apesar do imenso desejo de serem felizes, as pessoas se indagam: *qual será a fórmula da felicidade?* Facilmente encontramos muitas pessoas que estão vivendo atormentadas, descontentes, oprimidas, tristes, mas que gostariam de encontrar os caminhos para serem felizes.

Ricos ou pobres, sejam eles homens ou mulheres, crianças, adultos ou idosos, independente de etnia, queremos ser felizes. Mais do que isso, merecemos ser felizes.

Temos aprendido também que “o dinheiro não leva à felicidade”, mas “que ajuda, ajuda!”. Queremos (e temos o direito de) consumir pelo menos o indispensável para viver, de nos sustentar pelo nosso trabalho. Não é possível a paz interior sem o indispensável para viver, assistindo e acompanhando o sofrimento material de filhos e parentes, conjuntamente às nossas próprias carências e necessidades fundamentais insatisfeitas. Mas a capacidade elevada de consumir também não é garantia para a paz interior e compartilhada.

Se capacidade de consumir fosse garantia da felicidade, nos países desenvolvidos não haveria tantos suicídios ou sofrimentos interiores! Parece-nos que a visão competitiva daqueles que imaginam que a ela devem se submeter tem provocado muitos sofrimentos e conflitos. É aparentemente paradoxal o fato de que entre populações empobrecidas encontramos muitos que compartilham do *pão*, em prática de solidariedade.

Parece-nos correta a percepção de que as relações de poder têm estimulado o desenvolvimento dos sentidos competitivos entre as pessoas, povos e nações, tornando-nos individualistas e sujeitos ao “salve-se quem puder”. Esse princípio nas relações sociais não fica restrito aos negócios, mas contamina diretamente as pessoas e as relações interpessoais. **A competição desmedida nos tem distanciado da solidariedade.** Mesmo assim, é muito comum encontrarmos pessoas solidárias e registrarmos mobilizações sociais, em favor de campanhas de solidariedade. Parece-nos que a humanidade está marcada pela índole da solidariedade, apesar do esforço da visão neoliberal em desenvolver a cultura da competição e do individualismo. É o método que deseja desenvolver e impor a cultura da violência, da insegurança, da dependência, da opressão, do medo e da guerra.

A filosofia oriental ensina que “... amor, paciência, tolerância, capacidade de perdoar, contentamento, noção de responsabilidade, noção de harmonia trazem felicidade tanto para a própria pessoa quanto para os outros”, e são consideradas como qualidades básicas para os seres humanos. Seguindo por essa mesma esteira do conhecimento, consideramos que a felicidade também exige de nós: 1) a perspectiva ou a fé no futuro (para onde estamos conduzindo nossas vidas e nosso planeta?); 2) a harmonia na consciência (quanto temos nos esforçado para construir um mundo de solidariedade, de não-submissão, libertário, emancipatório para todos os seres?); 3) as necessidades humanas

básicas e fisiológicas satisfeitas (nós e os demais seres humanos temos o necessário para viver com dignidade?). Pelo que se vê, é indispensável o cultivo de valores que nos transformem em pessoas boas, capazes de estabelecer relações interpessoais construtivas. Assim, poderemos contaminar as inter-relações – entre povos e nações –, as fronteiras – entre pessoas e nações –, que talvez, num dado momento, sequer precisarão existir.

Nas relações de poder se desenvolvem valores éticos e a visão de moralidade com todos os elementos que a fundamentam. Assim, há um imenso distanciamento, um verdadeiro fosso colocado entre os valores que se coadunam com a busca da felicidade e aquelas características competitivas e individualistas impostas pelo mundo moderno, aceleradas na concepção neoliberal.

Não faz muito tempo, em grande parte de nossas cidades do interior de São Paulo, raramente ouvíamos falar em crimes e assassinatos. Todos passamos a conhecer situações em que jovens roubam e às vezes matam para obter um tênis de marca, bicicletas, depois motos e carros. Uma morte violenta geralmente produzia comoção em todos os habitantes do lugar, nada havia de banalidade. Há não muito tempo, as drogas pesadas mais conhecidas eram as bebidas alcóolicas e os cigarros. Na geração dos anos dourados, pouco se ouvia falar em consumo de drogas, atualmente em processo de vulgarização. Podíamos andar pelas ruas à noite, sendo comum encontrarmos famílias que colocavam as cadeiras nas calçadas para o “bate-papo”. As portas e janelas de nossas casas ficavam abertas, sem qualquer risco de furto ou roubo. Não faz tanto tempo e podíamos deixar as portas e janelas dos carros abertas, sem necessidade de alarme ou travas especiais.

Não há saudosismo nessas afirmações. Há, sim, a constatação do óbvio, vivemos um outro tempo. Mas também vivemos uma imensa crise ética, de valores impostos por um processo de globalização que transformou as pessoas em mercadorias. Em outros tempos, as crises humanas e da humanidade tinham outras origens, que não as atuais, apesar de que todas elas estavam envolvidas nos processos imperialistas de dominação do mundo e das pessoas, na imposição dos modos de produzir.

Todos esses tipos de sofrimentos podem ser vencidos, não precisam ser mantidos. A sociedade moderna valorizou o consumismo, os prazeres rápidos e imediatistas que acarretam imensos sofrimentos, perfeitamente evitáveis. Não são frutos das condições impostas pela natureza, não somos determinados por eles. São todos criados pelas formas e estruturas de poder que moldaram nossas consciências.

Desenvolvemos conceitos eivados de fetiches, firmados em princípios materiais de que podemos comprar a felicidade. E essa compreensão das sociedades modernas, desenvolvida por nossas gerações, muitas das quais ainda em vida, nos distanciaram de nós mesmos, do nosso íntimo. Nesta forma de viver, temos uma imensa dificuldade para manifestar nosso afeto pelo outro, de nos colocarmos como colaboradores, como companheiros. A tônica é a da disputa, do medo de ser vencido, de ficar em uma posição inferior, de submissão. Somos impulsionados para a posição solitária, para a perda da maioria dos laços afetivos. No tempo moderno, na maior parte das vezes não nos sentimos valorizados apenas pelo fato de fazermos parte de uma comunidade, sem precisar de maior brilho ou destaque do que os demais componentes.

Mas, se a sociedade moderna nos impulsionou por descaminhos, também através dela construímos muitos valores que nos conduzem para a felicidade. Nem poderíamos imaginar que, através da eliminação dos avanços tecnológicos e dos bens materiais, produzidos pelo trabalho humano, teríamos uma forma de viver satisfatória. Não vamos abrir mão dos avanços tecnológicos na área da saúde, as vacinas por exemplo, da energia elétrica e das formas de comunicação. É justamente através dos sistemas de comunicação que temos oportunidade de conhecer os *diversos mundos* das nações, reconhecendo-se as diversidades e desenvolvendo o senso crítico do respeito pelo outro e por seus costumes. O sistema de comunicações tem nos ajudado a reconhecer e valorizar as diversidades. Também tem nos mostrado o resultado da intolerância humana e de nações hegemônicas e imperialistas que dominam o mundo e as culturas, pela força das armas, a *guerra preventiva*. Tem nos ajudado a reconhecer que a humanidade superexplora a natureza e aponta para os imensos riscos da autodestruição da vida em nossa casa, o planeta Terra. Por isso, nos manifestamos de forma contundente contra a guerra que pretende estabelecer a dominação sobre as nações, as culturas e se apoderar dos bens naturais, recursos naturais que são os instrumentos de manutenção do sistema explorador e fonte de riqueza, cada vez mais concentrada nas mãos dos países centrais do capitalismo, representados por corporações despatriadas.

Os dados modernos, inclusive do censo de 2000 no Brasil, nos mostram que nunca tínhamos atingido números tão elevados em matéria de alfabetização no mundo, apesar do enorme número de analfabetos funcionais. Também nunca tínhamos sido tão concentradores da riqueza e da posse da terra. Enfim, os avanços proporcionados pela modernidade, ainda que tenham produzido enorme concentração de renda e da riqueza, não podem se perder no mundo que estamos construindo. Temos que nos apropriar deles para democratizá-los. A ditadura do neoliberalismo se apossa da vida humana, dos demais componentes da natureza e transforma tudo, incluindo as pessoas, em meras mercadorias.

Não há como construirmos a paz das pessoas, e no mundo, se não formos generosos e capazes de distribuir as riquezas produzidas pelo trabalho humano ou originárias diretamente dos demais componentes da natureza. Por isso, devemos construir um outro modelo de vida na Terra, capaz de permitir que o planeta seja sustentável, na água, no ar, no solo, enfim, na vida.

Temos que cuidar da Terra e de nós mesmos, de nosso interior, da nossa capacidade de amar, de demonstrar nosso afeto por nós e pelos outros. Temos que aproveitar os avanços obtidos em nosso ambiente, no mundo, para a construção de uma rede de influências capaz de desenvolver e fortalecer os valores humanos que apontam para a felicidade.

Não será possível a construção dos maravilhosos ideais da democracia para conduzirmos nosso futuro em direção ao eco-socialismo se não formos capazes de desenvolver as nossas riquezas interiores, que devem ser acompanhadas das grandes transformações estruturais pelas quais passará o mundo. A escola formal e informal deve assumir um papel político, promotor das transformações nas práticas dominantes, ampliando a participação cidadã, constituindo-se em canal para a inserção dos atores

sociais que estão excluídos. Trata-se da escola que reinventa a emancipação social e, por isso mesmo, ambiental.

Estamos trabalhando de maneira integrada com a realização da Conferência Nacional de Meio Ambiente e da Conferência Nacional das Cidades, inovações do atual Governo Federal, em favor da democracia participativa para as tomadas de decisões do Estado brasileiro. Experiências que devem funcionar como um laboratório e estímulo para a reprodução de práticas inovadoras, criativas, que radicalizam a construção do processo democrático no Brasil. Levaremos propostas para serem apreciadas nas Conferências Estaduais, e, se for o caso, encaminhadas nas Conferências Nacionais que se realizarão em Brasília. Assim, poderemos influenciar com nossas experiências práticas vivenciadas em Rio Claro, colaborando com as outras etapas tanto das conferências estaduais quanto das nacionais, ou seja, com os esforços brasileiros para a construção do novo Contrato Social para nosso país.

Portanto, há muito que fazer! Temos muito que trabalhar para que sejamos dignos da vida e para que possamos contribuir com o desenvolvimento de ações que transcendam os limites ambientais e sejam acima de tudo libertárias, emancipatórias, fortalecedoras e recriadoras da cidadania.

4) RUMO A UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO

Os processos desta globalização que vigora têm conduzido o mundo para o estabelecimento de controles centrais onde a autoridade opera através das burocracias e corporações transnacionais, ausentes do lugar, não podendo ser questionadas diretamente. Este é um dos primeiros princípios da globalização econômica: produzir a convergência e a integração das atividades econômicas praticadas no mundo, homogeneizando o desenvolvimento em um único sistema centralizador. Neste início do século XXI, as vendas totais das 200 principais empresas transnacionais são 25% maiores do que a somatória das atividades econômicas de todos os países do mundo. Assim, são criadas as castas que controlam a economia do mundo, muitas vezes ignorando as nações, os Estados e suas comunidades. Há beneficiários desta globalização. Por exemplo, nos Estados Unidos os altos executivos das grandes companhias globalizadas ganham até 517 vezes a mais do que os salários que são pagos para seus trabalhadores médios, segundo os dados do Institute for Policy Studies. O programa da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento publicou em 1999, em seus Informes do Desenvolvimento Humano que as fendas entre ricos e pobres e entre os países do mundo são desproporcionais, e que a pobreza se deve às injustiças produzidas pelo sistema de comércio global. É claramente perceptível que alguns pontos-chave para a manutenção desse estado das relações sociais e humanas se fundamentam em:

- 1) Fortalecimento dos setores financeiros, a exemplo dos bancos, com movimento irrestrito de capitais e desregulação no funcionamento empresarial existente nos países mais empobrecidos. Isto produz a concentração das empresas com a eliminação de seus concorrentes;

2) Privatização de serviços públicos e de empresas públicas, no caso brasileiro com as devidas conseqüências para setores de infra-estrutura, afetando e ameaçando a soberania dos países e de suas comunidades. O desmantelamento das economias locais acarreta o enfraquecimento dos serviços públicos de saúde, educação, saneamento básico;

3) Incorporação de economias nacionais aos sistemas produtivos globais, promovendo a exportação sem controle, acarretando danos sociais e ambientais. Não há o fortalecimento das sociedades nacionais, formando cidadãos que saibam escolher o que consumir e que tenham capacidade financeira para comprar, passo indispensável ao sistema de produção e exportação;

4) Manutenção dos níveis de crescimento das economias nos países desenvolvidos, com exploração sumária dos recursos naturais do planeta. É conhecido o fato de que os níveis de consumo da Europa e dos Estados Unidos não podem ser mantidos e estendidos para todos os países do globo. Ainda assim, o Presidente George W. Bush tem se negado a assinar protocolos de proteção ambiental, a exemplo daquele que pretende a redução na emissão de gases tóxicos para a atmosfera;

5) Esforço para a homogeneização das culturas ao modo de viver ocidental, incentivando e promovendo um comportamento global consumista e individualista.

Esses pontos-chave do atual modelo de globalização têm produzido muitas manifestações de descontentamento. O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, realizado por três vezes em Porto Alegre, tem discutido o assunto e apresentado muitas sugestões e alternativas para uma outra globalização.

O *International Forum on Globalization (IFG)* publicou uma SINTESIS apresentando Alternativas para a Globalização Econômica. Entre as propostas que procuramos implementar em Rio Claro, reconhecemos:

1) A Nova Democracia: para o IFG, a democracia floresce quando as pessoas se organizam para proteger suas comunidades, seus direitos, e ficam atentas às ações de seus representantes políticos eleitos. Ao invés de se transferirem as responsabilidades governamentais para corporações globalizadas, deve-se buscar um modelo que atenda às necessidades essenciais da população e das comunidades. Em outras palavras, não é possível o fortalecimento das corporações globais com o enfraquecimento das populações locais. As comunidades locais devem ter o poder político e econômico para decidir tudo aquilo que afetá-las e ao seu território. Este é o caminho para garantir a autonomia das municipalidades, que também precisam estar articuladas em suas relações de interdependência com as outras localidades. Para o IFG, toda decisão de assuntos que digam respeito a um município, nele deve ser tomada. Quando isso não puder ser atendido, então a decisão deve ser transferida à próxima esfera de governo, estadual, nacional e, em última instância, mundial;

2) Desenvolvimento com Sustentabilidade: as economias devem atender às genuínas necessidades humanas, sem comprometer as necessidades das gerações futuras, preservando a diversidade natural do Planeta para sustentar os ecossistemas e a vida sobre a Terra. Os bens naturais são patrimônios comuns e sobre eles temos direitos que são inalienáveis. Entre esses bens naturais estão a água, o ar, a fauna e a flora, dos quais temos dependência para a manutenção da vida sobre a terra;

3) Outros Patrimônios Comuns: a cultura e o conhecimento são resultados da criação coletiva no mundo, através do tempo e dos espaços, por isso, pertencem à humanidade e não devem ser monopolizados. A humanidade tem acumulado conquistas básicas, como por exemplo nas áreas da saúde pública, da educação, da seguridade e bem estar social, indispensáveis para a manutenção da vida, devendo ser asseguradas para todas as pessoas;

4) Direitos Humanos: proclamados em 1948 pelos governos unidos na ONU, foram reconhecidos os direitos básicos, como "direito a uma vida digna... saúde e bem estar...", incluindo alimentação, vestuário, moradia e serviços médicos, todos os serviços sociais, o direito previdenciário em caso de desemprego." O respeito a esses direitos deve ser acompanhado do respeito aos direitos civis e políticos, que também são primordiais;

5) Trabalho e Emprego que Garantam a Sobrevivência: As sociedades sustentáveis devem proteger os direitos de seus trabalhadores formais, bem como os do setor informal, bem como daqueles que estão desempregados. Para isso, precisamos reverter as políticas globalizantes que expulsam os agricultores da terra, assim como os pescadores artesanais de seus ecossistemas costeiros e fluviais. Devem ser estimuladas as formas alternativas de organizações, encontradas pelas populações locais, criativas e capazes de buscar os frutos de suas sobrevivências;

6) Garantia de Alimentação e de Alimentos: As comunidades e as nações somente poderão conseguir estabilidade e segurança quando nelas não existir a fome, quando há condições para se abastecer e produzir seus alimentos indispensáveis. Além disso, cresce o interesse pela alimentação saudável que não pode estar submetida aos interesses transnacionais que disseminam os produtos químicos em forma de defensivos agrícolas e agrotóxicos em geral;

7) Equidade: A globalização tem aprofundado as brechas e fendas das desigualdades sociais e entre as nações ricas e pobres. Essa tem sido a maior ameaça para a paz mundial, fora e dentro das fronteiras das nações. A maior equidade entre os povos é indispensável para o fortalecimento e implantação da democracia e das sociedades sustentáveis. Neste aspecto, o mundo tem que discutir e rediscutir o endividamento externo dos países pobres. Para isso, torna-se indispensável uma revisão dos organismos e instituições que estabelecem as regras para controle de todo o mundo, que deverão se fundamentar nos princípios da justiça social e global;

8) Respeito à Diversidade: o modelo da globalização vigente tem procurado homogeneizar as paisagens naturais e arquitetônicas, as culturas, expressas por suas vestimentas, religiosidade, idiomas, alimentos, música, o comércio, enfim, os estilos de vida e até mesmo os valores que se diferenciavam nos tempos e nos espaços estão sendo afetados pelos interesses empresariais globalizantes. Isso não é bom para o mundo. A vida é mais saudável e muito mais rica quando se expressa através das diversidades biológicas, sociais, econômicas e culturais;

9) Respeito à Prevenção e Precaução: quando a produção de alimentos e medicamentos, por exemplo, apresentarem algum tipo de incerteza científica sobre os riscos que poderão ocasionar para a saúde humana e para o meio ambiente, devem ser adotadas medidas de precaução, prevenindo contra o seu uso, até que sejam apresentadas as comprovações sobre suas conseqüências. Aqueles que produzem essas mercadorias devem ficar com a obrigação de comprovar tal sanidade e se responsabilizar pelas conseqüências adversas que porventura aconteçam.

As experiências vivenciadas pelo Governo da Frente Rio Claro, contando com o apoio contínuo e constante da população de Rio Claro, nos tem estimulado ao aprofundamento das discussões que nos permitam viabilizar formas alternativas de organização social e econômica em nossos locais de vida. Não há como desperdiçar essas experiências tão construtivas e difíceis de se repetirem. Isso deve acontecer com os devidos aprimoramentos e ajustes que sejam necessários em nossas comunidades locais. Para isso, precisam ser criadas e desenvolvidas políticas de subsídios e fomentos para as empresas que reduzam o consumo de energia e tenham como perspectiva a produção alternativa, permitindo a formação de novos hábitos, menos consumistas e mais comprometidos com a preservação do planeta.

Os estímulos para essa produção, que combine as necessidades de consumo das mercadorias com a qualidade de vida e ambiental, devem compor as políticas de nossas municipalidades, garantindo o respeito aos direitos humanos elementares, referidos anteriormente. Os argumentos, sinteticamente apresentados, são conseqüência de nossas trocas de experiências que fortalecem as relações interpessoais, rumo à construção de um mundo melhor. Façamos a parte que cabe a cada um de nós, individualmente, em nossas práticas coletivas e nas estruturas de governo que ocupamos nos municípios.

Nesta COLETÂNEA, almejamos a identificação, nos volumes publicados, de algumas destas características que imprimimos à Administração Municipal de Rio Claro, a partir de janeiro de 1997. Se isso de fato aconteceu, mesmo dentro de todas as limitações impostas pela realidade mundial, nacional, local e, principalmente, pelas nossas fragilidades e incompetências humanas, temos a certeza de que teremos contribuído para a construção de uma outra globalização.

5) APROVEITANDO EXPERIÊNCIAS

Reforçando o discurso de que na sociedade globalizada temos que fortalecer nossa individualidade, o que temos de próprio, passamos a abordar o que trazemos de singular, a experiência administrativa em uma cidade real, Rio Claro, o lugar de nossa expressão.

5.1) Reconstrução da História e dos Conselhos

Procuramos reconhecer que a reconstrução dos valores em nossa comunidade precisa brotar de sua história, da história de nosso povo. Para isso, torna-se indispensável uma releitura da cidade em sua extraordinária complexidade. Assim, passamos a constituir e fortalecer os diversos conselhos existentes; por exemplo, os grupos de afro-descendentes viviam em conflitos e não se conversavam. Através de pré-conferências e organização de conferência municipal, chegamos à criação de seu conselho. Esse conselho tem, entre suas responsabilidades, a preparação de um inventário que identifique a real situação dos negros do município, bem como contar sua história, a partir deles próprios e não na perspectiva dos pseudovencedores brancos. O mesmo se deu com a formação do Fórum de Mulheres, que tem definido um imenso campo de atuação, com apoio da municipalidade. As práticas aí propostas vão sendo incorporadas pela equipe de governo que se reúne semanalmente para discutir os temas que são afetos a todos. Assim, o que se busca é a renovação de nossos conceitos de inter e transdisciplinaridade.

5.2) A Cultura é Revolucionária

Reconhecendo que é a cultura – os nomes de família, um coronelismo, um compadrio travestido de fineza – que caracteriza um poder paralelo, fundido em autoritarismo e dominação, esse passou a constituir um importante embate que teríamos de travar, não para ganhar as eleições, mas para conquistar uma parcela significativa de poder. Poder para reinventar a democracia. Assim, nos demos a incumbência de produzir uma nova manhã para Rio Claro. Para se ter um exemplo, o Centro Cultural da cidade era quase sempre freqüentado pelos setores da elite. Ao assumirmos a Prefeitura, passamos a democratizar o seu uso. Negros e pobres preparam e apresentam seus trabalhos. Durante todos os dias temos programações culturais, que vão desde o *hip-hop*, às orquestras Sinfônica e Filarmônica, passando por capoeira, festivais de músicas, dança, artes plásticas e cênicas.

Consideramos e entendemos a cultura como revolucionária. Esta revolução não tem data e hora marcada. Ela é fruto das práticas do cotidiano, a cada momento; desde as pequenas até as grandes ações, o tempo da mudança é todo o tempo e todo o espaço. Por isso, na cultura fazemos muitas e importantes aplicações de fatias do orçamento. A cultura estimula os movimentos da sociedade, e isso é indispensável. Inspiramo-nos no parecer de **Felix GUATTARI (1992)** ao proclamar que “*..ou a humanidade, reinventará seu devir urbano, ou será condenada a perecer sob o peso de seu próprio imobilismo, que ameaça torná-la impotente face aos extraordinários desafios com os quais a história a confronta.*”.

A organização da cultura e sua expressão pelos grupos sociais não devem ser tuteladas pelos governos, para que não se aprofunde o caráter da alienação e se fortaleça o autoritarismo da cooptação. Da mesma maneira o caráter clientelista e fisiológico das formas de governar produziram uma *cultura* de favorecimentos, impregnando as idéias e costumes. Essa é uma imensa barreira que deve ser rompida com as práticas libertadoras de valorização dos setores envolvidos, sem privilégios e favores especiais.

5.3) A Democracia não Pode só Produzir Dor

Com a preocupação de reinventar a democracia, reconhecemos que os meios e o dia-a-dia também devem ser democráticos. Consideramos que, apesar de trabalhosas, as práticas de construção da democracia devem ser prazerosas, envolvendo todos os setores da comunidade. A partir daí, e aproveitando as experiências bem sucedidas no Brasil, implantamos em 1997 o Orçamento Participativo, que, gradativamente, tem adquirido complexidade e vai se transformando em Planejamento e Gestão Participativos. Apesar dos limites e do engessamento dos orçamentos dos municípios, tendo em vista os comprometimentos legais definidos pela legislação brasileira, ainda assim há uma importante margem de recursos que podem ser aplicados com a presença da comunidade. O Orçamento do município deixa de ser preparado dentro de gabinetes fechados e ganha as ruas e bairros da cidade. Assim, no final do Governo passado (1997-2000), nos preparando para o novo mandato, realizamos a *Conferência Municipal Rio Claro: Cidade Viva*, com presença maciça da sociedade local. Nela, deliberamos e estabelecemos as linhas mestras do novo governo, que agora são revisitadas pelas Conferências Temáticas, realizadas a cada dois anos.

A decisão de conduzir as aplicações de recursos para fortalecer os setores sociais marginalizados é uma forma de se distribuir riqueza e contribuir para o reconhecimento do direito à cidadania. Para que isso se efetive, torna-se indispensável a constante indagação e reavaliação a respeito da metodologia de trabalho adotada, bem como dos resultados obtidos e demonstrados na prática da construção municipal. Saneamento básico efetivado reduz a mortalidade infantil e melhora substancialmente as condições de saúde da população. Os Governos que optam por práticas progressistas, muitas vezes são levados a praticar políticas sócio-econômicas compensatórias. *Mesmo assim, temos que praticá-las para que haja tempo de se ensinar a pescar.* Contudo, sempre estamos nos cobrando para que o *esverdeamento* – ecológico-ambiental – que estamos promovendo em nossas cidades, seja de fato um processo de construção de cidadania, e não uma nova forma de fortalecer as políticas do *pretenso império*, que renova seus discursos e nos empurra para seus interesses. Na mesma direção indagamos dos partidos políticos com os quais estamos coligados: vivenciamos uma novidade, uma experiência exitosa e com possibilidades de ser apropriada nos processos democráticos, ou estamos somente repartindo fatias de poder? Afinal de contas, estamos mudando do que para o quê? O capitalismo travestido de neoliberalismo também nos convida para as mudanças, mas quais mudanças? Certamente para aquelas escolhidas e selecionadas para deleite do capital.

As reuniões semanais do secretariado, em alguns momentos, parecem providas de pouco sentido. Muitas vezes, aos assuntos abordados se referiam a uma ou outra área, havia uma certa sensação de fragmentação e os estilhaços representavam nossas

realidades. O professor doutor **Romualdo DIAS**, ex-Secretário da Educação de Rio Claro, considerava e destacava a importância do processo de *digestão*. Somente depois dessa digestão é que se poderia perceber o encadeamento dos problemas e como eles se articulam entre si, apesar de não se demonstrarem, a princípio, com qualquer sintonia. Ao final, pode-se chegar ao inesperado, e, portanto, à surpresa. Esse é um importante espaço do planejamento que nos leva a encontrar o senso comum do solidário. Em seguida, o processo pede a articulação desse senso comum, construído de maneira participativa e solidária, com nosso projeto político. Em verdade, os temas não são fragmentos desconexos. Os espaços domésticos, o bairro, o trabalho, os espaços onde exercitamos nossa cidadania – todos –, e daí, os espaços mundiais se articulam, e articulam nossas vidas. Assim, podemos nutrir nossas esperanças e nossa militância, acreditando no presente e sabendo que o futuro é novo, desconhecido, e, portanto, o presente é o espaço da criação.

Temos direito de gostar da vida, temos mais uma motivação e mais um gosto para viver, ou seja, o de experimentar as novidades que temos ajudado a construir.

A experiência do programa Prefeitura no Bairro produziu êxitos. Nos primeiros quatro anos, levamos todas as secretarias para os bairros e em reuniões com os moradores fizemos uma programação de ações do governo. A partir de 2001, mudamos a estratégia. Agora o Gabinete do Prefeito é transferido e todos os despachos são realizados do bairro. Nos bairros Jardim das Flores, Jardim Guanabara e São Miguel, permanecemos durante meses em cada um. Esses bairros foram escolhidos pela gravidade de problemas que os envolviam, principalmente com a violência urbana. Assim se estabelece uma ampla discussão sobre os temas e a comunidade participa, escolhendo prioridades e as ações do governo municipal. Outra boa experiência, com excelentes resultados, foi a eleição direta dos subprefeitos – responsáveis pelas administrações dos distritos rurais e urbanos; quatro em Rio Claro. Nestas eleições os votos não são obrigatórios e a comunidade pode solicitar a destituição do subprefeito, caso não se sinta satisfeita com suas atividades. Mesmo nessas condições, as eleições contaram com as presenças de cerca de 70% eleitores dos colégios eleitorais. Os subprefeitos em exercício que se candidataram para um novo período foram reeleitos com mais de 80% dos sufrágios.

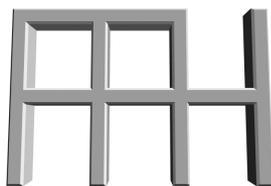
5.4) Participar é Desempenhar Papéis nas Redes

Há um grande esforço na busca de programas e práticas que libertam e se contrapõem ao modo como se dão as práticas comuns. Assim é que realizamos o seminário sobre Economia Solidária, coordenado por **Silvana Maria PINTAUDI**, com apoio da **URBAL**. As práticas e processos associativistas passam pela formação de grupos de mulheres com lavanderia comunitária, cooperativa de artesãs, formada por desempregadas e/ou que necessitam de alguma renda para a família. O mesmo processo de cooperação estimula a coleta seletiva de resíduos sólidos na Coperviva – Cooperativas dos catadores, muitos dos quais saíram do aterro sanitário, onde conviviam com os resíduos. Exemplos dessas práticas são conhecidos em diversas cidades brasileiras e da América Latina. Muitas das ações coletivas, solidárias, do tipo mutirão, representam mais sobreposição de tarefas, o que gera uma certa resistência por parte de alguns setores da esquerda; contudo, se elas representarem solidariedade de classe social, esses procedimentos poderão se constituir num importante processo de diálogo e formação política de cidadania e de desalienação.

Além da participação ativa na Rede MERCOCIDADES, compomos as redes brasileiras da Agência de Cooperação de Municípios Brasileiros, da Frente Nacional de Prefeitos, da Confederação Nacional de Municípios, da Associação Paulista dos Municípios, dos Comitês Estadual e Nacional das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, bem como seu Consórcio Intermunicipal correlato. São muitos os espaços que se apresentam à frente dos municípios para os quais precisamos dedicar esforço e tempo, voltados para o fortalecimento das práticas democráticas. Assim, procuramos contribuir para a construção de uma nova visão multicultural de nossas cidades, onde as religiosidades, as etnias e os gêneros são reconhecidos em suas diversidades e respeitados para que tenhamos paz e possamos coletivamente aspirar à felicidade.

Esperamos que a leitura desta COLETÂNEA possa contribuir para a compreensão dos processos político e administrativo em Rio Claro. Estamos convictos de que nossa experiência poderá motivar muitos pesquisadores universitários e acadêmicos que desejam conhecer e registrar a história da vida da humanidade a partir daquilo que acontece no lugar.

CLÁUDIO ANTONIO DE MAURO
PREFEITO MUNICIPAL DE RIO CLARO



**ARQUIVO
DO MUNICÍPIO
DE RIO CLARO**

O ARQUIVO

Criado em 1.979 pela Lei Municipal nº 1.573, o Arquivo do Município de Rio Claro tem como função precípua a preservação do patrimônio documental da comunidade.

Integram seu acervo, todos os documentos produzidos pelos órgãos municipais (executivo e legislativo) e os não oficiais considerados de interesse para a reconstituição da história regional.

Às vésperas de completar 25 anos de existência, a programação editorial do Arquivo revitaliza-se. Só neste ano de 2003, foram planejadas 5 publicações das quais, 4 já aconteceram.

O Boletim “Arquivo Rio Claro” que circulou de 1982-1993, está de volta com o envolvimento das maiores expressões latino-americanas da área. É esse caráter técnico científico que o torna único no cenário arquivístico nacional.

Para divulgar as políticas arquivísticas, o resgate da história regional e seus projetos, o “Arquivo Edição Comemorativa do Aniversário de Rio Claro” é publicado em junho, dia da cidade.

“Agenda Rio-Clarense” projeto voltado às efemérides locais, aborda temas que contribuem para identidade e a cidadania dos rio-clarense e já se encontra em sua 18ª edição.

Mas, ao Arquivo compete também o registro do presente. O lançamento da Coletânea “Rio Claro - A Cidade Azul no limiar do milênio”, está baseado na análise teórica dos diferentes aspectos sócio-culturais de Rio Claro, em pleno crepúsculo do século XX.

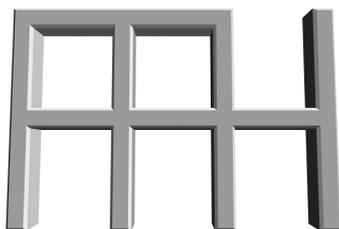
A pluralidade de textos e a variedade dos temas abordados, garantem aos historiógrafos farto material para a pesquisa, neste início de novo milênio.

Ainda, em processo de elaboração estão os Anais do 1º Encontro de Estudiosos do Integralismo acontecido no Arquivo, no ano de 2002.

Todas essas publicações revelam apenas parte do grande potencial informativo do Arquivo do Município de Rio Claro, cujo conhecimento vale a pena conferir.

Maria Therezinha Duckur Mamprin

Superintendente



ARQUIVO

**DO MUNICÍPIO
DE RIO CLARO**

Superintendência

Maria Therezinha Duckur Mamprin

O Conselho Superior do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro

Humberto Antonio Epiphânio

Jaime Leitão

João Martins Rodrigues Neto

Lucila de Oliveira Maciel (presidente)

Miguel Cezar Sanchez

Oswaldo Aulino da Silva

Rosângela Doin de Almeida

Ruy Pignataro (vice-presidente)

Theodoro Koelle (vice-presidente)

Arquivo do Município de Rio Claro
Oscar de Arruda Penteadó
Patrono

Av. 3, 568 – Rio Claro – SP. – CEP. 13500-391
Fones: (19) 3526-7170 / 3534-0989 / fax: 3534-4118
arquivomunicipal@claretianas.com.br
www.rioclaro.sp.gov.br

Prefeitura de Rio Claro – SP.

Coletânea
Rio Claro
A Cidade Azul no Limiar do Milênio

Concepção e organização:
Cláudio Antônio de Mauro

Coordenação:
Cláudio Zerbo

Revisão:
Marcus Aun Patrizi
Sandra Regina Sanchez Baldessin

Compilação:
André Juliano Cardoso

Jornalista Responsável:
Vivaldo Stephan Junior

Edição:
**Arquivo Público e Histórico do Município
de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”**